



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Exma. Senhora
Presidente da Comissão de Orçamento,
Finanças e Modernização Administrativa
Deputada Teresa Leal Coelho

Lisboa, 3 de setembro de 2018

Assunto: Requerimento para a audição do Ministro das Finanças sobre a Caixa Geral de Depósitos

O Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos denunciou o Acordo de Empresa. Com esta decisão os trabalhadores perdem um conjunto significativo de direitos conquistados, nomeadamente, a garantia de integração na CGD na sequência de encerramento de estabelecimento, as promoções por antiguidade e por mérito, as anuidades, o subsídio de trabalho por antiguidade, o acréscimo de dias de férias em função dos anos de serviços e a assistência médica e cuidados de saúde, veem reduzidas diuturnidades, e extinguidas várias categorias profissionais, e a mobilidade geográfica passa a ser no distrito ou no distrito contíguo.

A denúncia do Acordo de Empresa constitui um ataque aos direitos dos trabalhadores e à contratação coletiva, um direito consagrado constitucionalmente.

A retirada de direitos conquistados aos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos insere-se na estratégia de desvalorização e de redução da atividade financeira do banco público, deixando espaço para a iniciativa privada. A redução do número de trabalhadores da CGD, o encerramento de agências, a venda de património, o aumento das comissões cobradas aos clientes, juntando-se agora a desvalorização dos trabalhadores através do ataque aos seus direitos por via da denúncia unilateral do Acordo de Empresa, obedece às imposições das instituições europeias, que visam a destruição da Caixa Geral de Depósitos.

A estratégia adotada para a CGD não serve os interesses das populações, nem os interesses públicos.

O Governo não pode demitir-se das suas responsabilidades no que respeita à CGD, afirmando que não se intromete na gestão deste banco.

Estando a CGD sob tutela do Ministério das Finanças e cabendo ao Estado não só cumprir e respeitar os direitos dos trabalhadores, como também dar o exemplo no respeito pela contratação coletiva, o Governo tem a obrigação de assegurar o cumprimento dos direitos dos trabalhadores.

O Governo, no quadro das suas competências tem de assumir as suas responsabilidades, traçando orientações e adotando medidas que defendam o banco público, o fortaleçam e

permitam o crescimento da sua atividade, seja no apoio às populações, seja no contributo para o desenvolvimento da economia nacional.

Neste sentido o Grupo Parlamentar do PCP requer uma audição com o Ministro das Finanças para prestar esclarecimentos sobre as opções políticas do Governo sobre a Caixa Geral de Depósitos.

Os Deputados,

PAULO SÁ

MIGUEL TIAGO